

A construção social das relações mercantis

*Cristiano Fonseca Monteiro**

STEINER, Philippe. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

Um pouco tardiamente, começam a surgir no Brasil traduções de livros dedicados à Sociologia Econômica. Originalmente publicado na França em 1999, o livro de Philippe Steiner se soma a outros volumes – nos quais se destacam periódicos nacionais com números especiais sobre o tema – que vêm contribuindo para a formação de uma bibliografia em português sobre este que é um dos principais campos em ascensão na Sociologia em nível mundial. Passado um primeiro momento em que grupos mais restritos de pesquisadores brasileiros empreenderam um notável esforço de leitura e sistematização dos avanços teóricos da Sociologia Econômica internacional, incorporando-os à agenda de pesquisa do país, é chegada a hora de expandir o universo de leitores e interlocutores, tarefa que o livro de Steiner se propõe a cumprir.

O texto segue um roteiro de exposição não muito distinto de outros livros e artigos de introdução da área, a começar por explicitar sua *raison d'être*: questionar a visão dicotômica segundo a qual o mundo econômico estaria separado do mundo social. Esta visão, que afirma, por exemplo, que “a bolsa de valores é um assunto econômico”, enquanto “a pobreza é um tema social”, sugere que estas esferas seriam regidas por lógicas de funcionamento distintas e, de certa forma, inconciliáveis. A abordagem da Sociologia Econômica se esforça justamente em demonstrar que o mundo econômico é um tipo específico de mundo social, sujeito, portanto, às mesmas formas de reprodução e/ou transformação de outras esferas.

Por trás desta dicotomia está a consagração da teoria marginalista que, no final do século XIX, se impôs sobre outras orientações de cunho mais histórico

*Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda/Universidade Federal Fluminense.

ou institucional, para afirmar que a ciência econômica deveria assumir como perspectiva de análise as escolhas feitas em condições de escassez por indivíduos maximizadores. Tal proposição, baseada no que Steiner considera uma “abstração útil, mas insuficiente”, levou os economistas a caracterizar o mundo econômico de forma extremamente formalizada, inclusive dando ensejo ao desenvolvimento dos sofisticados modelos matemáticos sempre presentes nos estudos mais típicos da área. Para as demais ciências sociais, ficaria o “resto”, ou seja, as ações não-rationais empreendidas em condições distintas daquelas de natureza econômica.

Especialmente relevante, neste aspecto, é o primeiro capítulo, em que o autor apresenta o desenvolvimento histórico do campo, que se confunde com o próprio surgimento da Sociologia. De certa forma, o ânimo por trás da consolidação da nova “ciência da sociedade” passou pelo questionamento dos pressupostos individualizantes que orientam as abordagens econômicas. Neste sentido, os autores clássicos da Sociologia são eles próprios os fundadores da Sociologia Econômica, de modo que o esforço feito por Weber e Durkheim para delimitar o significado do “social” passou, via de regra, pela discussão teórica e por referências empíricas ao universo econômico, não sendo fortuito que as principais obras teóricas destes autores (*Economia e sociedade* e *A divisão do trabalho social*) tratem largamente do assunto.

Outros autores fazem parte deste momento fundacional (Pareto, Mauss, Halbachs, Simiand), sempre investindo na idéia de que a organização do mundo econômico não pode ser reduzida à lógica da maximização da utilidade (embora, com Pareto, a análise da ação deste ponto de vista não seja desprezada, ao contrário dos sucessores de Durkheim, que chegam a sugerir que a teoria econômica convencional deveria ser substituída pela Sociologia Econômica). No entanto, a partir de 1930, acontece um progressivo afastamento entre sociólogos e economistas, reforçando a tese da dicotomia entre economia e sociedade. Isto, a despeito da contribuição de Polanyi, que cunhou a noção de *inscrição social da economia* e que mostrou que a emergência da “economia de mercado” foi fruto de intensas lutas políticas e não de um movimento espontâneo, tal como defendido pelos economistas liberais.

A Sociologia Econômica contemporânea, que nos Estados Unidos se auto-proclamou uma *New Economic Sociology*, surge em meados dos anos 1980 retomando a idéia da inscrição social da economia, sugerindo (ao contrário do que fazia Polanyi) que ela se aplica não só às sociedades pré-mo-

ernas, mas também à economia moderna, capitalista, de mercado. É em torno desta temática que se desenvolvem os três capítulos seguintes, dedicados a explorar as diferentes dimensões do “mercado como construção social”. O marco inicial desta abordagem são os trabalhos de Mark Granovetter, considerado o fundador da *New Economic Sociology*, dedicando-se ao papel das redes sociais no fluxo das transações econômicas, contrapondo-se assim à imagem do ator isolado ao estilo neoclássico.

As redes sociais definem o que Steiner chama de *inscrição estrutural da economia*. Ao seu lado, estariam outras formas de inscrição, a saber: *cultural*, *política* e *cognitiva*. Ao apresentar cada uma delas, o autor faz um apanhado das principais obras do campo ao longo dos anos 1990, citando os trabalhos mais conhecidos, como os de Neil Fligstein (inscrição política) e Viviana Zelizer (inscrição cultural), além de uma fazer compreensiva revisão de trabalhos em língua francesa, menos difundidos no Brasil. Os usos da moeda, o desenvolvimento dos mercados, a organização da concorrência, o capital social e a procura de emprego estão entre os temas abordados.

Como bem mostra Steiner, a Sociologia Econômica não se limitou a dialogar criticamente com a teoria econômica neoclássica. Muito do que foi produzido a respeito dos temas citados acima visou discutir também os limites da teoria econômica neo-institucional, cuja versão mais conhecida é a abordagem dos custos de transação. Tal abordagem se caracteriza por reconhecer a existência de instituições acima dos indivíduos, encarando-as como soluções eficientes para os “problemas” da racionalidade limitada e do oportunismo, ajudando a garantir a eficiência dos mercados. O autor, no entanto, deixa de fazer uma discussão específica dos avanços teóricos das abordagens institucionalistas na Sociologia e na Ciência Política, cuja interseção com a agenda da Sociologia Econômica tem sido reconhecida na bibliografia mais recente.

A necessidade de uma maior aproximação entre Economia e Sociologia é, por fim, o tema que Steiner (que tem formação nas duas áreas) desenvolve na conclusão. Tal aproximação pode ser especialmente importante num país como o Brasil, que ainda se ressentia do quase absoluto monopólio desfrutado pelo *mainstream* econômico no debate público sobre a atividade econômica, aí incluída a questão do desenvolvimento. O fracasso do modelo neoliberal, mais recente produto deste monopólio, pode ser uma boa oportunidade para o surgimento de uma visão mais equilibrada, em que outras ciências sociais também tenham espaço.

Neste particular, cabe aos próprios sociólogos e demais cientistas sociais aproveitar esta oportunidade e buscar ocupar de forma mais efetiva seu espaço no debate econômico atual, indo além de temas que o senso comum identifica como “tipicamente sociais”. É preciso avançar rumo àqueles domínios que fazem parte do mundo econômico *strictu sensu*. A concorrência, a regulação dos mercados, as finanças, os grandes grupos econômicos, as estratégias de desenvolvimento nacional e seus desdobramentos setoriais ou regionais, dentre outros, fazem parte de uma agenda de pesquisa em expansão, a qual – como nos mostra Steiner – a Sociologia Econômica tem plenas condições de enfrentar.